



POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL À FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA, RS¹

*Lislei Teresinha Preuss², Sílvia Cristina Segatti Colombo³, Lurdes Aparecida Grossmann⁴,
Caroline Chitolina⁵. UNIJUI*

O projeto de pesquisa volta-se para a realidade da sociedade santa-rosense, especialmente para o meio urbano, procurando compreender as políticas de proteção social existentes em relação à família, quer organizadas pelo Estado e/ou pela sociedade civil. Quer-se entender quais as transformações que a família vem experimentando; quais são suas novas configurações; como estas afetam os sujeitos envolvidos e quais as respostas que as políticas de proteção social vêm procurando dar para garantir direitos e preservar a cidadania. Entende-se que as políticas de proteção social à família devem estar ancoradas na idéia de garantia da cidadania, trabalhando com os múltiplos arranjos familiares já existentes na sociedade brasileira no sentido de possibilitar que se transformem em espaços de convivência e de formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, preparados para a participação ativa na sociedade. . A realização desta pode contribuir para conhecer melhor as transformações em curso na sociedade local e as políticas de proteção social à família existentes na sua região de abrangência, facilitando assim seus processos de ensino, produção do conhecimento, atividades de extensão e prestação de serviços. O tema central desta pesquisa é Políticas de proteção social à família. Tem-se como objetivo geral, analisar as políticas de proteção social à família existentes no município de Santa Rosa, RS, visando identificar suas possibilidades e limites enquanto mecanismos de garantia de direitos e preservação da condição de cidadania. Os objetivos específicos são: Realizar uma revisão bibliográfica a respeito da produção teórica existente sobre políticas de proteção social à família no Brasil; Identificar as configurações familiares presentes na sociedade santa-rosense, em seu meio urbano; Traçar um perfil sócio-econômico das famílias do meio urbano do município de Santa Rosa; Identificar as políticas de proteção social às famílias do meio urbano existentes no município de Santa Rosa; Analisar as possibilidades e limites das políticas de proteção social às famílias do meio urbano no município de Santa Rosa. Esta proposta de investigação está pautada nos pressupostos do método dialético crítico pois entende-se que o mesmo traz as concepções mais adequadas e possibilita a utilização das ferramentas mais apropriadas para o desenvolvimento de pesquisas da natureza desta aqui proposta. Essa compreensão é essencial no momento em que se busca compreender as transformações em curso na sociedade contemporânea e as políticas de proteção social à família existentes na realidade brasileira e de âmbito local, no caso do município de Santa Rosa. A metodologia proposta está alicerçada na abordagem quantitativa e a qualitativa. Propõe-se uma pesquisa por amostragem, a partir da técnica de questionário fechado, a ser realizada com a população urbana, procurando identificar aspectos ligados ao cotidiano da vida concreta e capazes de demonstrar a lógica das relações interpessoais e sociais. Os dados e informações primárias e secundárias serão trabalhados a partir da análise de conteúdo. Salienta-se que a pesquisa ainda está em sua fase inicial, até o momento realizou-se revisão bibliográfica acerca da temática proposta; levantamento das legislações municipal existente bem como suas respectivas dotações orçamentárias; realizaram-se visitas institucionais objetivando aproximação dos pesquisadores e bolsista de iniciação científica ao



CT&I e SOCIEDADE

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV JORNADA DE PESQUISA
XI JORNADA DE EXTENSÃO

4 a 8 de OUTUBRO de 2010



campo de pesquisa. Também foi construído o instrumento de coleta de dados que será aplicado no decorrer deste semestre. Como resultados parciais destas atividades, previstas no projeto, é possível afirmar que a revisão bibliográfica realizada indica que as políticas de proteção social estão alicerçadas nos diferentes segmentos – idosos, crianças, gestantes e não contemplam a família em sua totalidade. Tal fato é também identificado na lei de diretrizes orçamentária municipal.

¹ Projeto de pesquisa realizado nos cursos de Serviço Social, Psicologia e Direito da UNIJUI

² Professora Orientadora do projeto de pesquisa do Curso de Graduação em Serviço Social – Mestre em Serviço Social, lislei@unijui.edu.br

³ Professora Colaboradora, Curso de Psicologia – Mestre em Educação nas Ciências, colombo@unijui.edu.br

⁴ Professora Colaboradora, Curso de Direito – Mestre em Direito, lurdesgrossmann@unijui.edu.br

⁵ Aluna do Curso de Graduação em Psicologia da UNIJUI e bolsista PIBIC/UNIJUI, carolchitto@hotmail.com ou caroline.chitolina@unijui.edu.br